

O jogo dos três erros



Não é à toa que o lobby rural é o mais eficaz e fulminante de todos

As vezes, a verdade é o exato oposto do que parece e para descobri-la é preciso o olho (metafísico) do filósofo. Chegou o carnaval. Os foliões estão na rua e a República em recesso. Brasília anda às moscas ou antes: está entregue aos seus habitantes permanentes e, em geral, a todos os que não tiveram meios de escapar dela.

Há os que estão presos, como PC Farias e José Carlos dos Santos, ou esses dois outros bandidos que mataram, ainda agora, um ex-deputado. A grande maioria, entretanto, bateu asas no rumo de suas terras de origem. O Brasil é um país caracteristicamente generoso com essa espécie de sanguessugas que chamamos de políticos. Além de elegê-los e reelegê-los, e de cobri-los de privilégios, ainda lhes dá aviões para voltar para casa depois de uma curta semana (de três dias) de trabalho, em geral matado e malfeito.

Dir-se-á que, desta vez, eles acabaram votando, ainda que debaixo de vara, o plano fiscal do ministro Fernando Henrique. Mas votaram também, à socapa, à sorrelfa, um generoso aumento para si próprios e mais um acintoso e multibilionário perdão das dívidas dos fazendeiros, isto é, deles mesmos, pois a verdade é que a grande maioria dos congressistas é de fazendeiros ou de filhos, genros (ou advogados) de fazendeiros.

Não é à toa que o chamado lobby rural é o mais eficaz e fulminante de todos no Congresso. Na própria CPI do Orçamento havia "ruralistas" de todos os lados; entre os que julgavam; entre os que foram apanhados, como o Flúiza; e entre os inocentados, como o filho do falecido Teotônio Vilela, a quem a imagem do pai tem servido para fins diversos, nem sempre edificantes. Em 1985, por exemplo, ele foi feito presidente do IAA, embora fosse o maior devedor inadimplente do próprio instituto. Aceitou impavidamente a respon-

sabilidade de "administrar" a própria dívida e mais a dos seus amigos e colegas de calote...

Na verdade, aí está a raiz principal dos males do Congresso e da República: essa velha mentalidade das nossas chamadas elites (rurais ou não, nordestinas ou não) que consideram o Erário público como coisa sua na qual podem (e devem) meter a mão à vontade. O filho do falecido Teotônio foi nomeado por Tancredo

Neves, tomou posse sob Sarney, mas seu caso está longe de ser excepcional; para essa gente não é desdouro nem vergonha dever e não pagar, assumir ostensivamente a presidência do órgão público credor e, freqüentemente, como ainda agora, usar o mandato conferido pelo povo para perdoar a própria dívida.

Desta vez, o que provocou o escândalo foi o tamanho da mordida (que quebraria num só golpe o próprio Banco do Brasil), mas a mesma sem-vergonhice se tem perpetrado centenas de vezes, com os mais diversos pretextos, e não é por outra razão que a Caixa Econômica, os bancos oficiais, a Previdência e o próprio Tesouro público (União, Estados e municípios) andam costumeiramente e virtualmente falidos.

As raras exceções confirmam a regra: Santa Catarina, o Ceará (de Jereissati), a Bahia. No próprio Congresso, há hoje um razoável núcleo de resistência à tradicional cultura patrimonialista, achacadora: o revisor Nélson Jobim, o senador Simon, o relator Roberto Magalhães, os tucanos em geral, petistas como José Genoíno, o senador Bisol. Mas, a verdade é que apontar honestos é quase sempre um risco: ainda ontem aí estavam Íbsen Pinheiro e o grande mito da esquerda nordestina, Miguel Arraes...

"Política", dizia José Maria de Alkmin, "é um jogo para adultos". O ministro Fernando Henrique acabou ganhando sua decisiva batalha política no Congresso, embora

ra cometesse, nas semanas que precederam a refrega, pelo menos três erros crassos que o mineiro Alkmin certamente não cometaria.

1) Lançou-se desastradamente candidato, antes do tempo, distribuindo cestas básicas em Goiânia e no Nordeste, o que atiçou (e justificou) a fúria dos seus rivais Maluf, Antônio Carlos e Quérzia, senhores de bancadas poderosas no Parlamento. A fúria dos rivais fez o ministro perder pelo menos dez dias preciosos e desgastar-se desnecessariamente, sem nenhum benefício. 2) Numa hora em que o povo está mais do que nunca ciente de que seu dinheiro é roubado, malversado e desperdiçado pelos políticos e pela administração, Fernando Henrique pediu mais impostos (em vez de mais poderes para cortar gastos supérfluos) e, com isso, ganhou índices populares de rejeição bem maiores do que merece. 3) Como se não bastasse, anunciou, antes da hora, uma URV ainda maldefinida e mal-explicada, que gerou confusões e insegurança e, como de costume, provocou a cobiça dos especuladores e mais um salto da inflação.

De fato, nessa matéria tão delicada, antecipar propostas e intenções a pretexto de fazê-las discutir pela sociedade é, quase sempre, apenas tolice. O povo trabalhador não entende bulhufas de econo-

mia e não tem tempo para gastar no estudo de equações econômicas. A franqueza do ministro serve, apenas ao "mercado", isto é, aos espertalhões que se aproveitam dela para faturar mais e neutralizar os bons propósitos de Sua Excelência. Um ministro da Fazenda que joga com as cartas abertas na mesa é porque não sabe que espécie de jogo está jogando.

Três erros graves, três tropeços que o ministro só superou porque na verdade seu carisma e sua estrela são de primeira grandeza. E, acima de tudo, porque não há, no momento, alternativa viável para ele e seu plano: ou Fernando Henrique, ou o risco do caos a curto prazo. Mas, o fato é que o ministro parece malcercado e mal-assessorado. Se tivesse a seu lado gente politicamente capaz, erros dessa magnitude seriam certamente evitados. Ou, então, Fernando Henrique está se sentindo o rei da coca-dia preta e já não ouve mais ninguém (ou, pelo menos, não ouve a tempo, antes de fazer a besteira).

De um modo ou de outro, o fato é que Fernando Henrique obteve o seu desejado choque fiscal e pode agora ganhar a guerra (ganhamos todos com ele) se não cometer mais algum desastroso equívoco político. Se não optar, por exemplo, pelo combate "gradual", progressivo, à febre inflacionária, o que exigiria do governo uma força política e uma autoridade que só um ditador, Castello Branco, chegou a ter, entre nós. (E, ainda assim, Castello derrubou a inflação, mas desgastou-se tanto no processo que perdeu o controle do sistema que o apoiava e acabou forçado a entregar o governo a quem não queria e não devia.)

Enfim, hoje é domingo de carnaval, um dia em que pessoas sérias como Fernando Henrique, que já não caem no samba, se dedicam à leitura e a brincadeiras com os netos. Não será, pois, demais supor que o ministro leia estas linhas — escritas por alguém que procurou preservar sempre, ao longo da vida, um gratuito espírito de dilettante (excelente coisa), mas acabou se tornando, por força das circunstâncias, observador político profissional. Estava escrito.

